

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII - Nº 1.345 - BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 23 DE AGOSTO DE 2001



Senadores ouvem o auditor do Banco Central Abraão Patrui Júnior, que investigou irregularidades no Banco do Estado do Pará

Auditor do BC diz que há evidências contra Jader

O auditor do Banco Central Abraão Patrui Júnior prestou depoimento ontem à comissão do Conselho de Ética que apura denúncias contra o presidente licenciado do Senado, Jader Barbalho. Segundo o senador Jefferson Péres, integrante da comissão, o auditor afirmou que há evidências de participação de Jader no desvio de recursos do Banpará.

PÁGINA 4

CCJ aceita indicação de Coelho para o Superior Tribunal Militar

PÁGINA 5

Aprovado fundo para melhorar nutrição de crianças e gestantes

Proposta, que ainda será votada em turno suplementar, também dá estímulo à produção agrícola regional

O Plenário do Senado aprovou ontem substitutivo do senador Hugo Napoleão a projeto que cria o Fundo Nacional de Alimentação (FNA). Constituído por recursos do Orçamento da União e doações, entre outros, o fundo terá o objetivo de melhorar a nutrição das gestantes carentes e de crianças até 5 anos. Para isso, estimulará a produção regional de alimentos, financiando pequenos e médios agricultores e adquirindo seus produtos, de acordo com o que estabelecer a futura regulamentação. O projeto deverá ser examinado em turno suplementar antes de retornar à Câmara dos Deputados. Hugo Napoleão defendeu a aprovação lembrando que todos conhecem a carência em que vivem inúmeras crianças brasileiras.

PÁGINA 3

Proposta de desenvolvimento para a Amazônia Ocidental vai a nova votação

PÁGINA 2



Pimenta da Veiga (com o senador Amir Lando) participou de audiência na Comissão Mista de Orçamento

Pimenta prevê um computador em cada escola

PÁGINA 6

Especialistas elogiam trabalho do Congresso no exame da Lei das S.A.

Em audiência pública conjunta, CCJ e CAE promovem debate sobre o projeto de lei da Câmara que modifica a legislação das sociedades anônimas.

PÁGINA 5



Cabral presidiu a audiência pública conjunta com a presença de especialistas na legislação de sociedades anônimas



Plenário vota em segundo turno Fundo da Amazônia

Objetivo é promover desenvolvimento econômico da Amazônia Ocidental sem prejudicar o meio ambiente, conforme proposta do senador Jefferson Péres. Se aprovada, irá à deliberação da Câmara dos Deputados

Mozarildo destaca lançamento do Amazontech

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) comunicou o lançamento do projeto Amazontech 2001, de 20 a 25 de novembro, em Boa Vista (RR), com o objetivo de promover o conhecimento e o desenvolvimento da Amazônia. Segundo o senador, o Amazontech concentrará suas ações no fortalecimento de alternativas de desenvolvimento sustentável para a região. O empreendimento é organizado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e Universidade Federal de Roraima.

As ações do projeto têm como princípio o incremento da atividade empresarial mediante a utilização de tecnologia no aproveitamento racional dos recursos disponíveis, sem agredir o meio ambiente, esclareceu Mozarildo.

— O Amazontech 2001 será uma grande vitrina de negócios, oportunidades e potencialidades dos investimentos ecologicamente corretos e lucrativos, apresentados por meio de feiras, exposições, rodadas de negócios e de projetos, cursos e palestras, com a finalidade de abrir novos mercados — disse o senador.

Mozarildo explicou que o projeto, uma parceria da iniciativa privada com instituições governamentais, abrange os estados que compõem a Amazônia Legal — Acre, Amazonas, Pará, Maranhão, Mato Grosso, Rondônia, Roraima e Tocantins —, estendendo-se aos países fronteiriços da Amazônia, como Venezuela, Guiana, Suriname, Guiana Francesa, Colômbia, Bolívia e Peru.

O Plenário vota hoje, em segundo turno, a proposta de emenda constitucional (PEC) do senador Jefferson Péres (PDT-AM) que cria o Fundo de Desenvolvimento para a Amazônia Ocidental. Acolhida por unanimidade em primeiro turno, nos termos de um substitutivo do senador Bernardo Cabral (PFL-AM), se for aprovada em segundo turno pelos senadores, a proposta será enviada à deliberação da Câmara.

De acordo com a PEC, o fundo deverá vigorar até 2013 e se destinará a promover o desenvolvimento econômico daquela região, sem agredir o meio ambiente. O fundo

deverá contemplar os estados do Acre, Amazonas, Roraima e Rondônia. Jefferson Péres quer que a proposta seja aprovada o mais rapidamente possível, a fim de entrar em vigor em 2003.

Também em segundo turno, o Senado começa a discutir a proposta de emenda à Constituição do senador Geraldo Melo (PSDB-RN) que atribui aos estados produtores a cobrança de ICMS nas operações interestaduais com pe-



Jefferson quer rapidez na aprovação da PEC, para que fundo vigore em 2003

tróleo, lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos dele derivados. Hoje, esse ICMS é cobrado nos estados consumidores.

Outro projeto na pauta é o do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) modificando a composição do Conselho Administrativo da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Sufzama) para nele incluir representantes dos municípios situados no Amazonas, Acre, Roraima e Rondônia.

Moreira aponta solução para gás de Urucu

Ao manifestar seu repúdio a um suposto lobby de empreiteiros, donos de estaleiros e de barcas que estariam impedindo o início da construção do gasoduto Urucu (AM)-Porto Velho (RO), o senador Moreira Mendes (PFL-RO) apresentou uma proposta para



Moreira sugere transporte do gás por sistema misto: via fluvial e gasoduto

solucionar o impasse: o transporte do gás natural seria feito, no Amazonas, por sistema misto, com uma parte do trajeto percorrida em gasoduto e o restante em barcas.

Já em Rondônia, ele defendeu que o transporte utilize exclusivamente gasoduto, por considerar a solução ideal. O se-

gador elogiou a decisão do Ministério do Meio Ambiente de criar uma câmara técnica que delegará poderes ao Ibama para criar um grupo de trabalho composto por secretários do Meio Ambiente de Rondônia e do Amazonas visando buscar o entendimento. Ele destacou que Urucu é o maior produtor terrestre de petróleo do Brasil. Em aparte, o senador Tião Viana (PT-AC) também defendeu o entendimento.

Deputados apelam por estradas do Maranhão

O presidente interino do Senado, Edison Lobão, recebeu ontem o ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, e uma comissão da Assembleia Legislativa do Maranhão. A pauta do encontro foi a situação das rodovias do estado. Os deputados entregaram ao ministro levantamento sobre as estradas maranhenses e pediram mais recursos para a sua recuperação e conservação.

No relatório entregue pelo deputado Arnaldo Mello, presidente da comissão da Assembleia encarregada de fazer uma avaliação das condições das estradas, os deputados apontam deficiências de conservação em 60% das rodovias maranhenses, com prejuízos para o transporte de pessoas e mercadorias.

Padilha lamentou a "carência de recursos orçamentários para realizar um amplo trabalho de recuperação e conservação das



Edison Lobão (segundo à direita), ao lado de Eliseu Padilha e deputados do Maranhão

rodovias não só do Maranhão, mas de todo o Nordeste e Centro-Oeste". De acordo com o ministro, a situação das rodovias é melhor no Sul e Sudeste, em função dos pedágios.

AGENDA

QUINTA-FEIRA, 23 DE AGOSTO DE 2001

Presidente
Senador Edison Lobão (interino)

11h — Participa da cerimônia de posse do embaixador Sérgio Amaral no cargo de ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio. *Palácio do Planalto*
17h — Recebe José Tubino, representante do Fundo da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO).

PLENÁRIO

10h — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: votação nominal, em turno único, do PLS nº 44/01 — Complementar, altera a composição do conselho a que se refere a Lei Complementar nº 68/91 (Conselho Administrativo da Superintendência da Zona Franca de Manaus — Sufzama); PR nº 34/01, autoriza o Brasil a conceder garantia em operação de crédito externo a ser realizada entre a Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil (TBG) e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no valor equivalente a até US\$ 180 milhões de principal, mediante lançamento de títulos no mercado internacional de capitais, destinando-se os recursos ao financiamento parcial do Projeto do Gasoduto Bolívia-Brasil; PR nº 35/01, autoriza o município de Juiz de Fora (MG) a contratar operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no âmbito do Programa de Apoio à Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos (PMAT), no valor de R\$ 2 milhões, com a finalidade exclusiva de financiar programa de investimento em modernização tributária do município; votação, em segundo turno, da PEC nº 19/00, altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental; primeira sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 8/95, dá nova redação ao inciso X do parágrafo 2º do artigo 155 da Constituição Federal (isenção de ICMS); PLC nº 59/00, altera a Lei nº 9.503/97, de forma a obrigar à realização de exame psicológico periódico para os motoristas profissionais; e PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão de som e imagem.

COMISSÕES

10h — Reunião conjunta das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional e de Assuntos Econômicos
Pauta: exposição sobre "A Alca e o Comércio Multilateral Bilateral", com a presença de congressistas americanos: deputados David Dreier, John Linder, Graciela Napolitano, George Radanovich, James Moran, Ander Crenshaw, Lucille Roybal-Allard e Dan Miller. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*
18h — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Pauta: apreciação de diversos relatórios. *Plenário nº 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães — Câmara dos Deputados*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho (licenciado)
Presidente em exercício: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Carlos Augusto Setti
Diretora de Divulgação e Integração: Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane de Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Senado aprova Fundo Nacional de Alimentação

Conforme substitutivo do senador Hugo Napoleão, que será ainda votado em turno suplementar, recursos garantirão o financiamento agrícola para estimular a produção e melhorar a nutrição de gestantes e crianças

O Senado aprovou ontem projeto que cria o Fundo Nacional de Alimentação (FNA), destinado a estimular a regionalização da produção alimentícia e melhorar a nutrição das gestantes carentes e crianças de até 5 anos. Originário da Câmara, o texto foi votado nos termos de substitutivo do senador Hugo Napoleão (PFL-PI) e ainda vai a turno suplementar de votação.

De acordo com a matéria, o fundo será constituído com re-



Napoleão ressaltou que o projeto deve incentivar pequeno produtor

ursos do Orçamento da União, doações, legados, subvenções e auxílios de organismos nacionais e internacionais. O dinheiro será utilizado em empréstimos a pequenos e médios agricultores para financiar produção que contribua para a melhoria nutricional das gestantes e crianças.

A produção agrícola será adquirida desses produtores e distribuída aos beneficiários, de acordo com o que estabelecer futura regulamentação. Para con-

trolar a aplicação dos recursos, estados e municípios instituirão conselhos formados por representantes do poder público e da sociedade.

Relator da matéria na Comissão de Educação (CE), Hugo Napoleão defendeu a aprovação do seu substitutivo argumentando que todos sabem da carência em que vivem inúmeras crianças brasileiras. Ele louvou o fato de o texto, além de proteger os menores contra a fome, incentivar os pequenos produtores. Também se manifestaram a favor do projeto os senadores Ricardo Santos (PSDB-ES) e Eduardo Suplicy (PT-SP).

Serra explicará à CAS redução de recursos para ministério

O ministro da Saúde, José Serra, deverá comparecer à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para prestar esclarecimentos sobre a redução de recursos destinados à saúde. Segundo o senador Ademir Andrade (PSB-PA), autor do requerimento de convocação aprovado ontem, a equipe econômica não está cumprindo dispositivo constitucional que define recursos mínimos a serem aplicados em ações e serviços de saúde.

Conforme afirmou Ademir no requerimento, assinado também pelo senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), Serra terá de explicar os motivos pelos quais a equipe econômica "vem atropelando" o orçamento do Ministério da Saúde. "É preciso cumprir o que foi votado e aprovado pelo Legislativo", adverte Ademir Andrade. Segundo ele, a presença do ministro na CAS – que deverá ocorrer nos próximos 30 dias –



José Serra falará também sobre divergências com a equipe econômica do governo

esclarecerá as divergências entre o Ministério da Saúde e a equipe econômica com relação ao orçamento previsto para a saúde.

Medicamento a granel pode ser permitido

As farmácias deverão vender medicamentos a granel, na quantidade exata indicada na prescrição médica. Assim, os consumidores não mais precisarão comprar medicamentos em quantidade excessiva, contidos em caixas padronizadas pela indústria farmacêutica. A decisão foi tomada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), ao aprovar parecer favorável, sob a forma de substitutivo, do senador Tião Viana (PT-AC) a projeto do ex-senador Ernandes Amorim. A venda a granel inclui também insumos farmacêuticos, cosméticos e correlatos. O projeto voltará a ser apreciado pela comissão em turno suplementar e, se aprovado, seguirá para a Câmara dos Deputados, caso não haja recurso para que seja votado em Plenário.

Tião Viana lembrou que, atualmente, os consumidores são obrigados a comprar medicamentos muitas vezes em quantidade mai-

Subcomissão acompanha o Estatuto da Cidade

A Comissão de Assuntos Sociais também aprovou requerimento do senador Mauro Miranda (PMDB-GO) transformando a Subcomissão da Questão Habitacional, criada no âmbito da comissão, em Subcomissão de Moradia e Desenvolvimento Urbano. Caberá ao colegiado acompanhar, nas esferas federal, estadual e municipal, a aplicação do Estatuto da Cidade. Mauro Miranda informou que a subcomissão acompanhará os programas desenvolvidos e implementados, com avaliação de eficiência e economicidade.

or do que a necessária. A situação, a seu ver, representa desperdício de dinheiro para os consumidores, além de causar problemas com relação à validade dos medicamentos.

A CAS também aprovou, por unanimidade, projeto do senador Sérgio Machado (PSDB-CE) que torna gratuita a emissão, para to-

dos os trabalhadores, dos extratos bancários referentes ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). O projeto segue agora para análise da Câmara dos Deputados, exceto se houver recurso para que seja votado pelo Plenário.

A comissão também aprovou substitutivo do senador Tião Viana a projetos, do senador Nabor Júnior (PMDB-AC) e da senadora Marina Silva (PT-AC), que dão o nome de Plácido de Castro ao Aeroporto Internacional de Rio Branco (AC), em construção. Nabor defendia que o aeroporto deveria receber o nome do ex-senador Oscar Passos, enquanto Marina Silva achava que a homenagem deveria ser prestada ao líder seringueiro Chico Mendes. Coube à senadora Emilia Fernandes (PT-RS) propor o nome de Plácido de Castro, para colocar um ponto final à discussão. Plácido de Castro foi o principal responsável pela integração do Acre ao Brasil.

Lobão abrirá simpósio sobre planos de saúde

O presidente interino do Senado, Edison Lobão, confirmou sua participação na abertura do simpósio sobre regulamentação dos planos de saúde. A informação foi dada ao coordenador-substituto do Conselho Nacional de Saúde (CNS), Ruy Nedel, que, acompanhado do senador Sebastião Rocha (PDT-AP), foi recebido ontem em audiência. O seminário será realizado nos dias 28 e 29 no Auditório Petrônio Portella, no Senado Federal.

O objetivo do encontro é realizar balanço do setor de saúde suplementar, visando encontrar caminho de consenso para aperfeiçoar a legislação e melhorar o atendimento oferecido pelas operadoras de planos de saúde. O simpósio está sendo organizado pelo CNS em conjunto com a Comis-



Edison Lobão confirmou sua participação ao senador Sebastião Rocha (E) e a Ruy Nedel

são de Assuntos Sociais do Senado, Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara e Ministério da Saúde. Os participantes devem também realizar balanço dos três anos de vigência da lei dos planos de saúde. Sebastião Rocha lembrou que o governo já se comprometeu a retirar os pontos polêmicos da medida provisória sobre o assunto.

Comissão também discutirá tema

O senador Sebastião Rocha informou ontem ao Plenário que a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) debaterá na próxima semana dois importantes temas ligados à saúde: a regulamentação do funcionamento dos planos de saúde e o uso médico do silicone. Os temas serão discutidos terça e quarta-feira próximas.

ta-feira próximas.

Rocha lembrou que a CAS também realizará nesses mesmos dias audiências públicas sobre o projeto de lei que proíbe o uso do silicone líquido no corpo humano. A proposta, do qual é relator, também regulamenta a utilização de próteses de silicone. As audiências terão início às 10h.

Alcântara cobra inauguração de hospital em Fortaleza

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) cobrou ontem do presidente da Fundação das Pioneiras Sociais, Campos da Paz, o início do funcionamento do Hospital Sarah Kubitschek instalado em Fortaleza (CE). Segundo o senador, após nove anos de construção, o hospital está completamente pronto e equipado, faltando apenas a inauguração para iniciar o atendimento.



Segundo Alcântara, o hospital está pronto para funcionar

Alcântara disse que lutou, desde o período em que era deputado federal, pela instalação do Hospital Sarah no Ceará, sendo membro do Conselho Diretor da Fun-

dação das Pioneiras Sociais no estado. Ele lembrou a grande carência de tratamento especializado em toda a Região Nordeste, acrescentando que a sociedade cearense está cobrando o início do atendimento.

Outra cobrança feita por Alcântara foi dirigida ao governo federal, que extinguiu a Sudene com a promessa de criar uma agência de desenvolvimento para a região, mas não o fez.

— Extinguiram a Sudene e não colocaram nada no lugar. O que se anunciava não aconteceu — afirmou.

Patruni admite envolvimento de Jader no desvio de recursos

Segundo Jefferson Péres, auditor do Banco Central disse que há evidências da participação do presidente licenciado do Senado no caso Banpará

O auditor do Banco Central Abraão Patruni Júnior disse que há evidências da participação do presidente licenciado do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA), no desvio de recursos do Banco do Estado do Pará (Banpará). A informação foi dada pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM), que, junto com os senadores João Alberto (PMDB-MA), Romeu Tuma (PFL-SP), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Heloísa Helena (PT-AL), ouviu o depoimento de Patruni ao Conselho de Ética. O relato do técnico do Banco Central impressionou Jefferson Péres pela riqueza de detalhes apontando para a participação de Jader.

– Fiquei impressionado com a meticulosidade do trabalho do auditor. Tudo o que ele afirma está comprovado por documen-



O auditor Abraão Patruni Júnior (D) presta depoimento a membros do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

tos e depõe para a veracidade das denúncias – afirmou Jefferson.

Segundo Jefferson Péres, o nome de Jader aparece como beneficiário de diversas operações irregulares. No entanto, evitou fazer comentários sobre as consequências do depoimento de

Patruni para o processo no Conselho de Ética.

Heloísa Helena saiu do depoimento convencida da participação de Jader no desvio de recursos.

Jefferson confirmou as informações de que o corregedor do Senado, Romeu Tuma, estaria so-

frendo pressões para alterar a condução do processo. Segundo disse, “fizeram ameaças ao senador Tuma com a intenção explícita de intimidá-lo”. As ameaças envolveriam a revelação de detalhes da vida pessoal do senador. Tuma garantiu que “um delegado com 40 anos de carreira, acostumado a lidar com terroristas e traficantes, não vai se intimidar com isso”.

Patruni negou que tivesse sofrido pressões para mudar seu relatório. Ele relatou que os bancos privados resistiram a enviar informações necessárias ao esclarecimento dos fatos e que o Banco Central não tomou as providências para forçar que o fizessem. Por solicitação de Patruni, o Conselho de Ética vai pedir ao ministro da Justiça, José Gregori, proteção policial para o auditor.

Jader anuncia que voltará à Presidência do Senado

O senador Jader Barbalho disse ontem que não renovará a sua licença da Presidência do Senado. Ele garantiu que retornará ao cargo “o mais breve possível”. O senador licenciou-se da Presidência em 20 de julho, por um prazo de 60 dias, que se encerra no próximo dia 18 de setembro.

Jader disse ainda que os depoimentos do ex-presidente do Banco Central Francisco Gros, e do procurador-geral da instituição, José Coelho Ferreira, prestados na terça-feira ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, foram positivos para a sua defesa.

– Fiquei satisfeito porque mais uma vez reafirmaram que não havia prova do meu envolvimento com qualquer irregularidade. Se o Banco Central chegou a dizer que não havia chegado a nenhuma prova, como interpretar isso de forma diferente? – perguntou.

Jader solicitou ao presidente da comissão parlamentar de inquérito da Câmara que investiga a grilagem em terras públicas o adiamento do depoimento que daria ontem. O senador é apontado pelo relator, Sérgio Carvalho (PSDB-RO), como responsá-

vel pela desapropriação irregular de 78 mil hectares de terras no Amazonas, em 1988, quando era ministro da Reforma Agrária. Jader solicitou mais tempo para analisar as denúncias e deverá prestar esclarecimentos em audiência marcada para a próxima terça-feira.

À saída do Plenário do Sena-

do, o senador concedeu entrevista coletiva, na qual reafirmou sua crença em uma análise isenta, pelos membros do Conselho de Ética

do Senado, das denúncias a seu respeito. Jader evitou responder às afirmações do ex-senador Antonio Carlos Magalhães, que pediu a sua prisão. “Ele (ACM) está perturbado”, disse, salientando que Antonio Carlos lhe prestou homenagens em seu discurso de renúncia em maio.



Jader: “Fiquei satisfeito porque reafirmaram que não havia prova do meu envolvimento”

Senador depõe ao Conselho de Ética na quarta-feira

O presidente licenciado do Senado, Jader Barbalho, irá depor na próxima quarta-feira (dia 29), às 10 horas, aos integrantes da comissão especial do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar que investiga denúncias contra ele. A informação foi confirmada pelo coordenador dos trabalhos da comissão, senador Romeu Tuma,

que disse que o depoimento – no gabinete de Jader – será reservado aos membros da comissão e aos demais senadores do conselho.

Segundo Tuma, o depoimento foi acertado por intermédio de outro integrante da comissão, senador João Alberto (PMDB-MA), que entrou em contato com Jader para comunicar o interesse e a necessidade da comissão de ouvi-lo sobre os assuntos que vêm sendo apurados.

– Acredito que a data para ouvir o senador Jader seja boa, pois, com mais alguns dias, teremos boa projeção dos dados que estão sendo levantados pelos técnicos do Banco Central nos relatórios elaborados pelo próprio BC sobre o caso Banpará – disse Tuma.

Ele afirmou também que a comissão já tem indícios que apontam para a necessidade de investigação mais aprofundada sobre a possível participação de Jader em irregularidades. Esses mesmos indícios servirão de subsídio para os questionamentos a serem feitos ao senador, completou Tuma.

O senador Jefferson Péres esclareceu que não é possível afirmar-se que existam “fortes indícios” contra Jader no caso Banpará, pois os levantamentos ainda estão sendo feitos, mas adiantou que está comprovada a participação de Jader em transações financeiras do banco.

Já a senadora Heloísa Helena considera que o depoimento de Jader é fundamental para o processo, pois os membros do colegiado precisam ouvir do próprio senador a sua versão sobre os fatos denunciados.

Os documentos sobre Eurico são enviados à Câmara

A comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga irregu-



laridades no futebol aprovou ontem o envio à Câmara dos Deputados de todos os documentos relacionados ao presidente do Vasco da Gama e deputado federal Eurico Miranda. Coletados pela CPI, os documentos, conforme observação do relator, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), servem de subsídios para um possível processo por quebra de decoro parlamentar contra Eurico Miranda. A CPI do Futebol aprovou ainda outros 15 requerimentos de autoria do senador Geraldo Althoff.

Foram solicitadas cópias dos contratos firmados pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF) a partir de 1994, além das planilhas de registro das viagens aéreas no período. “Impressiona o fato de as receitas da CBF serem insuficientes para fazer face aos compromissos da entidade”, disse Althoff.

Teixeira pode se explicar na CPI, afirma Álvaro

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) espera que o relatório final a ser apresentado pela comissão parlamentar de in-



Álvaro Dias: apurações indicam irregularidades

quérito (CPI) que investiga irregularidades no futebol brasileiro possa oferecer condições de responsabilizar civil e criminalmente os envolvidos em delitos contra os clubes e a seleção brasileiros. O discurso de Álvaro Dias, ontem, foi feito em resposta à coletiva de imprensa convocada pelo presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Ricardo Teixeira.

– Ricardo Teixeira poderá apresentar sua defesa no dia 2 de outubro, quando está convocado a comparecer ao Senado para confrontar documentos e números sobre a movimentação fiscal da CBF apurados pelos investigadores – disse.

Álvaro destacou que as investigações da CPI apontaram indícios de evasão de divisas, lavagem de dinheiro, enriquecimento ilícito, entre outras irregularidades.

CCJ aprova indicação de José Coelho para o STM

Nome do procurador-geral do Banco Central será ainda examinado pelo Plenário do Senado. Indicado pelo presidente da República obteve 15 votos favoráveis e oito contrários após sabatina que durou quatro horas

Roberto Freire quer retirar de cartórios o registro de imóveis

O senador Roberto Freire (PPS-PE) apresentou ontem proposta de emenda constitucional (PEC) que pretende retirar dos cartórios privados, e entregar ao poder público municipal, mediante legislação estadual, ou distrital, no caso do Distrito Federal, a prerrogativa de registrar imóveis.

Na justificativa da proposta, Roberto Freire argumenta que há denúncias em todo o país sobre irregularidades praticadas pelos cartórios privados. Segundo ele, esses cartórios vêm praticando a recompra dolosa, com retrovenda sem a realização da edificação compactuada, e com o objetivo de percepção de valores a título de reparação de danos, além de inúmeras outras fraudes praticadas contra o poder público, acobertadas e com a conivência dos tabeliães.

— Portanto, esses serviços não só oneram a transferência da pro-



Freire: há denúncias de irregularidades envolvendo os cartórios

priedade, permitindo tão-somente a locupletação privada sem gerar, em contrapartida, benefícios públicos, como também retiraram dos agentes públicos a capacidade de impor tributos, pelo privilégio da informação de que se beneficiam esses agentes privados — frisa o parlamentar.

Freire lembrou, na sua justificativa, que na recente discussão sobre a gratuidade das certidões de nascimento, quando se procurava afirmar o direito do cidadão, os cartórios ofereceram grande resistência. Na sua opinião, se o poder público fosse o responsável pela emissão dessas certidões e responsável pelos serviços notariais, seria mais fácil aplicar a gratuidade, a partir da colaboração da rede de saúde pública.

— Esse é mais um exemplo dos males acarretados por essa instituição ultrapassada do cartório — salientou.

Após sabatina de quatro horas, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem, por 15 votos favoráveis e oito contrários, a indicação do atual procurador-geral do Banco Central (BC), José Coelho Ferreira, feita pelo presidente da República, para exercer o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar (STM). A indicação de Coelho para o STM terá agora que passar pelo crivo do Plenário do Senado.

Na sabatina, José Coelho defendeu a posição assumida pelo BC de encaminhar relatórios sobre irregularidades envolvendo o Banpará (Banco do Estado do Pará) ao Ministério Público daquele estado. Ele discordou de opiniões que viram dubiedade no relatório quanto ao envolvimento do senador Jader Barbalho (PMDB-PA), presidente licenciado do Senado, como a que foi expressada pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE).

QUESTIONAMENTO

Alguns senadores, entre eles o próprio Dutra, Jefferson Péres (PDT-AM), Pedro Simon (PMDB-RS) e Roberto Requião (PMDB-PR), fizeram questão de declarar que consideravam imprópria a indicação feita pelo presidente da República, alegando que José Coelho não seria figura de “no-



Ao lado do senador Bernardo Cabral (D), José Coelho Ferreira evitou entrar no mérito de questões sobre o Banpará

tório saber”, como determina a Constituição ao estipular os critérios básicos de preenchimento dos altos cargos dos tribunais superiores.

Na tentativa de comprovar essa impropriedade, Pedro Simon fez uma inquirição diferente ao candidato, seguindo, segundo ele, o exemplo do que se faz nas universidades, quando da escolha dos seus professores: sabinou José Coelho com um decálogo de questões voltadas para o conteúdo jurídico ligado ao STM, conforme explicou, encaminhadas “por uma pessoa do STM”, em envelope timbrado da instituição.

José Coelho estranhou a iniciativa de Simon e disse que semelhante inquirição não era tradição no Senado. O presidente da CCJ, Bernardo Cabral (PFL-

AM), recebeu telefonema do presidente do STM, Olímpio Pereira Júnior, desautorizando o decálogo, que envolvia questões específicas do Código Penal e do Código de Processo Penal Militar.

BANPARÁ

José Coelho evitou entrar no mérito de questões envolvendo o caso Banpará, os casos dos bancos Marka e FonteCindam e outros que contaram com a participação do BC, ao responder aos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Heloísa Helena (PT-AL), principalmente. Ele procurou inocular os dois procuradores do BC que assinaram o parecer recomendando a operação de socorro àqueles bancos sob o argumento de que a situação envolvia “risco sistêmico”.



PROCURADOR CONVIDA LOBÃO PARA POSSE

O procurador-geral de Justiça do Rio Grande do Sul, Claudio Barros Silva, esteve na manhã de ontem com o presidente interino do Senado, Edison Lobão, para convidá-lo a participar da solenidade de sua posse como presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça, prevista para o próximo dia 6 de setembro, em Porto Alegre. Lobão desejou a Claudio Barros sucesso em sua gestão à frente do conselho e manifestou interesse em comparecer à cerimônia de posse, caso sua agenda o permita.

Especialista aconselha transformação da CVM em agência autônoma

A advogada de mercado de capitais, Carmen Sylvia Motta Parkinson, aconselhou ontem aos senadores das comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE), durante audiência pública conjunta, a transformação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em uma agência autônoma, reguladora, a exemplo de outras já criadas pelo governo para diversos setores da economia. A modificação, segundo a advogada, deveria ser incorporada ao projeto de lei da Câmara que tramita no Senado e modifica a Lei das Sociedades Anônimas.

Participaram também da audiência pública conjunta da CCJ/CAE os juristas Sérgio Campinho, professor da Universidade Esta-

dual do Rio de Janeiro (UERJ), e Marcos Paulo de Almeida Salles, professor da Universidade de São Paulo (USP). Os juristas Bulhões Pedreira e Alfredo Lamy Filho, coordenadores dos trabalhos que resultaram na Lei das Sociedades Anônimas atualmente em vigor, não compareceram ao encontro. Todos os convidados à audiência pública foram unânimes no elogio aos trabalhos feitos até aqui pelo Congresso para tentar aperfeiçoar a legislação.

Sérgio Campinho gostou, principalmente, da volta do *Tag-along*, com o fim de garantir melhor remuneração aos acionistas



Os convidados à audiência, presidida por Bernardo Cabral (C), foram unânimes no elogio ao trabalho feito pelo Congresso

minoritários. Já o professor Marcos Paulo de Almeida Salles destacou, na atual proposta, as facilidades criadas para o registro de debêntures.

Os relatores da matéria na CCJ e na CAE, respectivamente, José Agripino (PFL-RN) e Pedro Piva (PSDB-SP), acharam importante a contribuição trazida pelos juristas e alertaram para a urgência da matéria. O presidente da CCJ, Bernardo Cabral, agradeceu a presença do deputado Antonio Kandir (PSDB-SP) e marcou para 12 de setembro outra reunião conjunta.

Escolas ganharão computadores do Fust, diz ministro

Em audiência na Comissão Mista de Orçamento, Pimenta da Veiga também falou sobre o programa Comunidade Saúde – prontuário numa rede de computador –, interligação das bibliotecas e expansão da rede telefônica

Em debate ontem na Comissão Mista de Orçamento, o ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, garantiu que em menos de dois anos todas as escolas de nível médio do Brasil terão computadores ligados à Internet, dentro do programa Telecomunidade Educação, financiado pelo Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust). O fundo, aprovado no ano passado pelo Congresso, recebe 1% de todo o faturamento das companhias de telefone fixo, o que renderá neste ano

cerca de R\$ 1 bilhão.

Pimenta da Veiga informou que em pouco tempo também estará implantado, com dinheiro do Fust, o programa Comunidade Saúde, pelo qual todo paciente terá um prontuário numa rede de computação. Isso facilitará não apenas o trabalho dos médicos, mas permitirá um melhor atendimento nos hospitais e postos de saúde. O Fust também está financiando a interligação de todas as bibliotecas do país por computador, permitindo que pequenas unidades do interior possam acessar dados das bi-

bliotecas mais importantes das capitais.

O ministro informou ainda que o Brasil terá 120 milhões de telefones “em poucos anos”, sendo 60 milhões fixos e 60 milhões de celulares. Atualmente, já são 45 milhões de terminais de telefone fixo e 26 milhões de celulares.

O senador Amir Lando (PMDB-RO) sugeriu ao ministro das Comunicações que o governo dê apoio à implantação de universidades virtuais no país, pelas quais os alunos acompanhariam os cursos pela Internet. Pimenta da Veiga



Brasil terá 120 milhões de telefones em poucos anos, anunciou Pimenta da Veiga

disse acreditar que os resultados seriam melhores se fossem utilizadas nesses cursos as TVs educativas da União e dos estados.

Comissões recebem congressistas norte-americanos

As Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e de Assuntos Econômicos (CAE) recebem na manhã de hoje uma delegação de oito congressistas norte-americanos. Eles vêm debater com parlamentares brasileiros a criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) e o comércio multilateral.

O presidente dos Estados Unidos, George Bush, manifestou recentemente a intenção de apressar a criação da Alca. Em resposta, o presidente Fernando Henrique Cardoso anunciou que somente em 2005 o Brasil poderá aderir à área de livre comércio. Por outro lado, os senadores Paulo Hartung (PPS-ES), Lúcio Alcântara (PSDB-CE), José Fogaça (PMDB-RS) e Roberto Saturnino (PSB-RJ), entre outros, têm defendido que o Senado estude desde já, detalhadamente, as questões econômicas e políticas relacionadas à implementação de uma área de livre comércio no continente.

Empréstimos ao Ceará e Pernambuco serão votados na terça-feira

Foram aprovados ontem pelo Plenário requerimentos de urgência que permitirão a votação, na próxima terça-feira, de autorização para os estados do Ceará e de Pernambuco contratarem empréstimos junto ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB), com recursos repassados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O Ceará quer contratar operação de US\$ 7 milhões e Pernambuco, um empréstimo de US\$ 5,1 milhões. Os dois estados informaram que os recursos serão aplicados no Projeto de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste.

Aprovadas três concessões para emissoras de rádio

Em votação simbólica, o Senado aprovou ontem e enviará à promulgação decretos legislativos autorizando o funcionamento de três emissoras de rádio. São elas: Rádio Castelo Branco, de Divinópolis (MG); Fundação Universidade Regional de Blumenau (SC); e Rádio Itaparica, de Salvador (BA).

Valadares quer mudança de linguagem do governo federal

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) pediu aos demais senadores que se engajem na luta para que as palavras “desenvolvimento” e “bem-estar social” voltem a influenciar as autoridades brasileiras. A permanecer o atual comportamento do governo federal,



“Bem-estar social” e “desenvolvimento”, prega Valadares

segundo o parlamentar, essas expressões “acabarão sendo extintas da língua portuguesa”.

Para Valadares, o pequeno glossário de palavras recomendadas pelo governo exclui aquelas expressões em favor dos conceitos de “privatização de estatais”, “superávit fiscal”, “pagamento da dívida”, “acionamento de energia”, “equilíbrio das contas externas”, “demissão voluntária de servidores” e “blindagem financeira”. Ele ressaltou que esta última expressão foi criada para designar o re-

cente empréstimo firmado com o Fundo Monetário Internacional (FMI) destinado a evitar o contágio da economia brasileira pela crise argentina.

A lista continua com expressões como “enxugamento da folha” e “congelamento de salários”, afirmou o senador, lembrando

que o pequeno reajuste que o Executivo propõe para os salários dos servidores, de 3,5%, só foi anunciado por determinação do Supremo Tribunal Federal (STF).

Valadares citou 11 indicadores divulgados pelo Banco Central, dos quais dez pioraram a partir de 1995. De acordo com um desses indicadores, de 1995 a 2000 os gastos do Brasil com a dívida externa saltaram de 3% do Produto Interno Bruto (PIB) para 9,4%. “É um crescimento assustador que compromete o futuro das novas gerações”, afirmou.

Atuação do PMDB no norte de Goiás é destacada por Mauro Miranda

A atuação administrativa do PMDB no Vale do São Patrício, no norte de Goiás, foi destacada pelo senador Mauro Miranda (PMDB-GO), para quem a presença de seu partido nas prefeituras e câmaras municipais da região representa um exemplo positivo da atuação de seus correligionários, sempre atentos aos problemas regionais e fiéis aos princípios partidários.

– Vou estar com eles no dia 25, num abrangente encontro regional do PMDB, quando reuniremos representantes de 23 municípios num conclave de discussão e avaliação política e partidária de nossos caminhos – anunciou o senador.

Entre as realizações mais significativas operadas na região norte de Goiás, Mauro Miranda ressaltou a expansão da oferta de



Mauro: atenção do partido com problemas regionais

ensino universitário, com a implantação de faculdades nos municípios de Goianésia, Ceres, Rubiataba e Rialma.

O senador pediu ao governo federal maior atenção com a BR-153, especialmente no trecho ligando Anápolis ao norte do estado, que, segun-

do disse, está em péssimas condições de tráfego. Mauro considera necessária, além das obras de manutenção, a elaboração de um projeto de duplicação da rodovia, como forma de evitar um colapso com graves reflexos para a economia regional.

– O permanente relato que faço das condições regionais de meu estado representa a manifestação de quem procura transmitir o cuidado dos governantes de todas as esferas de governo com os mais diversos rincões de nosso país, como considero dever de todo homem público – disse o senador.

Calheiros sugere modelo do Refis para os estados

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) sugeriu ontem que o governo federal desenvolva em conjunto com os governos estaduais, especialmente o de Alagoas, um modelo semelhante ao Programa de Recuperação Fiscal (Refis). “A União Federal não vive, ou não existe, sem os estados e os estados não existem sem a União Federal. Ora, se um depende do outro, se faz necessário que raciocinemos de forma interdependente. Ao se pensar na solução para um problema federal, que

exista um similar no âmbito dos estados, seria importante incluí-los nessa solução”, afirmou.

Embora tenha sugerido a adoção do Refis em âmbito estadual, Calheiros defendeu o aperfeiçoamento do programa federal explicando que 128 mil em-



Calheiros: programa também necessita de aperfeiçoamento

prestados em todo o país. – Ou seja, 95% do universo das adesões presumidas ao programa não ocorreram. O que levou o empresariado nacional a rejeitar o programa então? Fica evidente que algo precisará ser feito de modo a aperfeiçoá-lo. Afinal de contas, o

estoque da dívida representada por este universo de inadimplentes é superior a R\$ 300 bilhões, uma soma significativa – acrescentou. Calheiros disse que a maioria dos empresários inadimplentes não possui condições de saldar suas dívidas fiscais, mas que, por isso, não devem ser confundidos com sonegadores. Segundo ele, o inadimplente reconhece o que deve e só não paga seus compromissos por absoluta falta de condições.

Mozarildo prega união do Mercosul com a Comunidade Andina de Nações

Ao definir a formação de blocos regionais como tendência mundial, o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) ressaltou a importância da união entre o Mercosul e a Comunidade Andina de Nações (CAN), diante das pressões para a formação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca).



Mozarildo: união fortalecerá América do Sul diante da Alca

Ele afirmou que essa união, além de promover a estabilidade regional, poderá evoluir para a criação da Área de Livre Comércio da América do Sul.

Mozarildo apontou o acordo de complementação econômica assinado entre a Comunidade Andina e o Brasil, em 1999, em que foram estipuladas isenções alfandegárias, como passo decisivo para a formação da Área de Livre Comércio da

América do Sul. As possíveis adesões do Chile, Venezuela e Bolívia ao Mercosul, acrescentou, facilitarão a união com o grupo andino.

Com o estreitamento das relações entre os países sul-americanos, disse o senador, os interesses do grupo estarão mais coesos e fortes para enfrentar a posição dos Estados Unidos e do Canadá em relação à Alca.

Mozarildo afirmou que a abertura do mercado sul-americano é importante para o Brasil, pois apresenta demanda de produtos manufaturados e tem competitividade industrial inferior ao potencial brasileiro. Acrescentou que o estreitamento das relações entre Mercosul e Comunidade Andina promoverá a estabilidade regional.

Plenário aprova indicações de embaixadores e membro do Cade

Em votação secreta, o Senado aprovou ontem duas mensagens presidenciais indicando diplomatas para representar o país no exterior.

Por 63 votos a favor, 6 contra e 2 abstenções, Vera Pedrosa Martins de Almeida foi aprovada para ser embaixadora do Brasil na Dinamarca.

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) elogiou o currículo da diplomata e lembrou que ela é filha de Mário Pedrosa, intelectual portador da ficha número 1 de filiação ao PT, além de histórico militante comunista.

Na mesma sessão, por 63 votos a favor, 8 contra e 4 abstenções, foi aprovado o nome de Luiz Henrique Pereira da Fonseca para, junto com a embaixada na Finlândia, exercer o cargo de embaixador na Estônia.



Indicações foram acolhidas pelos senadores em votação secreta

O Senado também aprovou, por 60 votos a favor, 8 contra e 3 abstenções, o nome de Roberto Augusto Castellanos Pfeiffer para integrar o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), na vaga decorrente do término do mandato de Mécio Felsky.

Na ocasião, o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) questionou o papel do Cade na defesa do consumidor. Ele se referiu a práticas de cartel que a AmBev estaria conduzindo em seu estado, para combater a concorrência no mercado de cerveja, e antecipou que apresentará requerimento para que a Comissão de Assuntos Econômicos discuta a formação dessa empresa. Também apelou a Roberto Castellanos para que examine os atos da AmBev.

EDISON LOBÃO RECEBE VISITA DE DIPLOMATA



O presidente interino do Senado, Edison Lobão, recebeu ontem o embaixador José Viegas Filho (foto), que está deixando a embaixada brasileira em Lima para representar o país na Rússia. Viegas já foi sabatinado na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Saturnino: acordo da Argentina com FMI pode prejudicar Brasil

Senador teme que cláusulas ainda não divulgadas levem o governo argentino a pressionar brasileiros para adesão à Alca

O Brasil poderá sofrer graves consequências em função de cláusulas ainda não divulgadas do acordo fechado pela Argentina com o Fundo Monetário Internacional (FMI), segundo acredita o senador Roberto Saturnino (PSB-RJ). Em pronunciamento no Plenário, ontem, ele afirmou que a Argentina será obrigada a pressionar no sentido de que o Brasil venha a participar da Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

— O caminho apontado à Argentina pelo FMI é o da integração de sua economia com a economia norte-americana, tornando-se a pioneira de um



Saturnino quer ação efetiva do Brasil para manter o Mercosul

acordo interamericano de uma área de livre comércio. O Brasil, por seu lado, tem também de exercer pressão no sentido de levar a Argentina a rejeitar essa pressão americana e a integrar-se mais conosco, fazendo avançar o Mercosul — recomendou.

Roberto Saturnino considera importante que o Brasil atue efetivamente de maneira a impedir o que chamou de entrega da Argentina aos Estados Unidos. A seu ver, isso significaria o fim do Mercosul e o início de um processo muito mais rigoroso de integração de toda a América Latina na Alca.

Apesar de não serem conhecidos os detalhes do novo acordo firmado pela Argentina com o FMI, o senador disse que são previsíveis exigências muito pesadas em termos de arrocho fiscal sobre as províncias. Segundo Saturnino, foram negociados aspectos particulares que não vieram ainda a público, mas que estariam implícitos nas declarações do ministro da Economia, Domingo Cavallo, e do secretário de Finanças, Daniel Marx.

— A Argentina terá que tomar uma decisão. Ou desvaloriza o peso e, por conseguinte, se desdolariza e dá um grito de independência, ou acabará por entregar-se aos Estados Unidos, integrando-se economicamente com aquele país. Isso o Brasil deve tentar impedir — afirmou Saturnino.

Hartung defende correção da tabela do IR

O senador Paulo Hartung (PPS-ES) manifestou ontem satisfação com a aprovação do projeto corrigindo a tabela do Imposto de Renda Pessoa Física pela Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados. A proposta vai agora ao Plenário daquela Casa. O projeto original, apresentado por Hartung, foi aprovado anteriormente no Senado.

Segundo o senador, o substitutivo elaborado pelo deputado Mussa Demes (PFL-PI) mantém a essência de seu projeto e aumenta os percentuais de correção da tabela, de 28,4% para 35,29%, a fim

de incluir a expectativa de inflação de 2001. O limite de isenção do Imposto de Renda, que hoje vigora para quem ganha até R\$ 900, passa para R\$ 1.237.

Hartung lembrou que a decisão do governo Fernando Henrique de manter congelada a tabela dos limites, isenção e deduções do IRPF correspondeu a um verdadeiro confisco para a classe média. “Ao corrigir a tabela, o imposto devido vai baixar substan-



Paulo Hartung saúda aprovação de substitutivo a seu projeto

cialmente”, garantiu.

Segundo informou o senador, ontem de manhã os deputados governistas tentaram obstruir a votação na Comissão de Finanças e Tributação, mas prevaleceu a maioria formada pelos deputados da oposição e alguns governistas “mais conscientes da

injustiça que representa o pagamento de um imposto de renda crescente devido ao congelamento da tabela”.

Dutra apóia greve dos servidores públicos

O líder do Bloco Oposição no Senado, José Eduardo Dutra (PT-SE), fez um discurso de apoio à greve dos servidores públicos federais, deflagrada ontem. “A decisão do governo Fernando Henrique Cardoso de anunciar um reajuste de 3,5% para o funcionalismo federal, depois de quase sete anos de salários congelados, é um escárnio, um desrespeito à categoria, que tantos serviços presta à nação”, afirmou.



Reajuste de 3,5% é ridículo, afirma José Eduardo Dutra

Segundo Dutra, o governo “se

fingiu de morto” ao desrespeitar os dispositivos constitucionais da reforma administrativa, aprovada por ampla maioria nas duas Casas, que previam reajustes anuais para os servidores federais. Somente quando o Supremo Tribunal Federal (STF) afirmou que essa determinação era de aplicação imediata o governo resolveu se mexer.

A proposta de um reajuste linear de 3,5% é “absolutamente ridícula” e merece o repúdio de todos, na

avaliação do senador. Em Sergipe, como em quase todos os estados brasileiros, fiscais do trabalho, servidores das universidades e da Fundação Nacional da Saúde já estão em greve, informou. “Servidores do Ibama, Incra, DNER e Receita Federal fazem assembleias e podem aderir à greve”, completou.

Ele argumentou que a alegação do governo de que muitas categorias de servidores federais tiveram reajustes diferenciados no período é de difícil apuração. O que é certo, assegurou o senador, é que a grande maioria do funcionalismo não teve qualquer aumento salarial desde 1995.

Subcomissão vai investigar o metrô do Distrito Federal

Presidente da CFC deve anunciar hoje os nomes dos senadores que comporão o colegiado. O TCU já enviou documentos sobre o caso

O presidente da Comissão de Fiscalização e Controle (CFC), senador Ney Suassuna (PMDB-PB), anuncia hoje, em seu gabinete, os nomes dos senadores que comporão a subcomissão que vai investigar a construção do metrô de Brasília. Ele atendeu a solicitação dos senadores Valmir Amaral (PMDB-DF) e José Eduardo Dutra (PT-SE) para que nomeasse imediatamente os integrantes do colegiado, uma vez que os documentos solicitados ao Tribunal de Contas da União (TCU) já estão à



CFC quer agilizar votação sobre quebra de sigilo do ex-secretário Eduardo Jorge

disposição da Casa.

Na reunião de ontem, a CFC aprovou o envio de ofício à Mesa do Senado para que agilize a votação, em Plenário, de requerimento solicitando a quebra do si-

gilo bancário do ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge Caldas Pereira. Suassuna informou já estarem à disposição dos membros da comissão os documentos enviados pelo ex-assessor do presidente Fernando Henrique Cardoso. Contudo, o senador

José Eduardo Dutra argumentou que o Plenário deveria primeiro aprovar o requerimento sobre a quebra do sigilo, para que os senadores tenham ainda mais subsídios para analisar a questão.

Simon recorda Movimento da Legalidade

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) recordou os 40 anos do Movimento da Legalidade, que garantiu a posse do presidente João Goulart, e os 47 anos do suicídio de Getúlio Vargas. Em discurso, Simon externou seu "preito de saudade em memória de Vargas" e o "preito de carinho e admiração à figura de Leonel Brizola", que liderou, como governador do Rio Grande do Sul, o Movimento da Legalidade.

O parlamentar relatou os antecedentes históricos do movimento.



Simon: movimento garantiu a posse de João Goulart

Após a renúncia de Jânio Quadros, lembrou, os ministros militares empossaram na Presidência da República o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, julgando que o vice-presidente João Goulart — então em viagem pela China — não reunia condições

para o cargo.

Dizendo que "até hoje não conseguiram encontrar a verdade histórica" da renúncia de Jânio, Simon afirmou que seu secretário

particular "cometeu um gesto de incompetência política a toda prova". Jânio entregou a carta ao secretário, que a repassou ao presidente do Senado. Este reuniu o Congresso e declarou vaga a Presidência da República.

Simon disse que o movimento, no princípio, "parecia um protesto daquelas que perderam". Relatou que Brizola começou o movimento convocando as forças democráticas em favor da posse.

Simon lembrou que João Goulart passou por Montevidéu, antes de voltar ao Brasil, onde recebeu parlamentares e aceitou acordo para implantar o parlamentarismo no país.

Lobão destaca importância do voto eletrônico no combate à fraude

O presidente interino do Senado, Edison Lobão, destacou ontem, ao participar de audiência pública sobre o voto eletrônico no Brasil, a importância do sistema para a contenção de fraudes na apuração "da vontade popular expressa nos postos de votação". A audiência, promovida pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos De-



Edison Lobão participou de audiência na Câmara que discutiu o aprimoramento do voto eletrônico

putados, tratou também das possibilidades de aprimoramento da votação em urna eletrônica.

Ney Suassuna defende reforma na educação

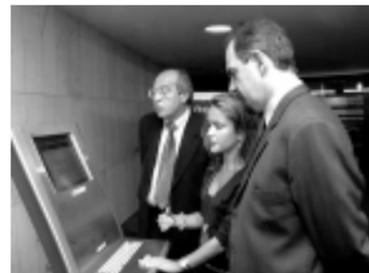
O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) defendeu ontem uma reforma na educação brasileira que atenda aos requisitos impostos pelo mundo globalizado. Se o país não investir na formação de sua juventude, garantindo uma educação mais prática e condizente com as necessidades globais contemporâneas, Suassuna acredita que o Brasil não terá condições de competir.

Em sua avaliação, o país não tem investido o necessário na formação da juventude. O sistema educacional atual, de origem ibérica, não estaria adaptado aos novos tempos, afirmou.

Totens multimídia mostram órgãos de comunicação do Senado

Com o objetivo de divulgar os serviços que coloca à disposição do público, a Secretaria de Comunicação Social do Senado (Secs), por meio da Subsecretaria de Projetos Especiais, elaborou um catálogo eletrônico de suas atividades. O resultado do trabalho está sendo apresentado, desde ontem até o dia 31 de agosto, em dois totens multimídia localizados na entrada do Plenário e no fim do corredor que leva à Ala das Comissões, conhecido como "túnel do tempo".

Senadores, funcionários e visitantes poderão conhecer o trabalho realizado pela Secretaria de Comunicação Social e as diversas formas usadas para disponibilizar para o público interno e externo



Lúcio Alcântara e José Eduardo Dutra consultam terminal sobre serviços de comunicação do Senado

a grande quantidade de informações geradas diariamente pela Casa. O catálogo contém informações sobre os órgãos que compõem a comunicação social do Senado: Rádio, TV, Agência e *Jornal do Senado*, Relações Públicas, Divulgação e Projetos Especiais.

Iris Rezende critica tentativa de instituir contribuição dos inativos

O senador Iris Rezende (PMDB-GO) condenou a instituição da contribuição previdenciária para os inativos. Ele lembrou que o mecanismo, tentado várias vezes, já foi rejeitado pelo Congresso. Também em quatro decisões consecutivas, o Supremo Tribunal Federal considerou a medida uma "afronta à Constituição", afirmou.

As negociações que o governo fez com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para liberar empréstimo de US\$ 15 bilhões, envolvendo a elevação da previsão de superávit primário de

R\$ 32 bilhões para R\$ 40 bilhões em 2002, também foram questionadas pelo senador. Ele registrou que o acordo implicará cortes na área social.

— Não podemos, para cobrir interesses internacionais, despir em torno de 40 milhões de brasileiros. Não queremos somente a assistência imediata, o socorro necessário aos que passam fome, aos que não têm casa para morar; queremos que se planeje uma política econômica que não prejudique nosso processo de desenvolvimento e permita a geração de empregos — defendeu.



Iris: STF considerou medida "afronta à Constituição"

Santos quer rever meta para o setor de rochas ornamentais

O senador Ricardo Santos (PSDB-ES) defendeu ontem a flexibilização dos critérios adotados para a economia de energia elétrica para o setor de rochas ornamentais do Espírito Santo. Ele afirmou que tem realizado gestões nesse sentido junto ao ministro Pedro Parente, coordenador da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica.

Santos lembrou que o setor foi



Santos propõe flexibilizar critério para economia de energia elétrica

incluído entre os segmentos mais dinâmicos da pauta de exportações brasileiras. Contudo, vários fatores têm influenciado para a queda de seu desempenho este ano. Além dos efeitos da crise externa, elevação da taxa de juros e crise energética, o setor foi ainda taxado com uma alíquota de IPI de 10%, perdendo a isenção que recebia historicamente.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Edison Lobão, Antonio Carlos Valadares, Mozarildo Cavalcanti, Tião Viana e Lindberg Cury